

Conflitos no ordenamento territorial em sedes de megaeventos esportivos

Sávio Raeder¹

(Observatório de Favelas)

Recebimento/Aprovação:

Artigo recebido em setembro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008

Resumo

A proposta deste artigo é debater conflitos em torno do ordenamento territorial em sedes de Jogos Olímpicos e Pan-Americanos. Trata-se de abordar os megaeventos esportivos não como a “vitrine” de embelezamento de cidades como usualmente é reconhecida, mas sim de apresentar algumas das “vidraças” expostas pelo modo como tais eventos são implementados. Deste modo, os embates pelo ordenamento do território serão analisados neste trabalho primordialmente a partir da atuação dos movimentos sociais nestes eventos, uma vez que as ações empreendidas por estes atores são bastante reveladoras das contradições que se pretende destacar. A fim de contribuir para o entendimento das lutas promovidas pela sociedade civil, são realizadas discussões com base no pensamento de Gramsci e David Harvey. Os Jogos Pan-Americanos, Rio 2007 são tomados como principal objeto empírico para a reflexão aqui proposta, destacando-se a política de segurança pública adotada na Cidade durante o evento.

Abstract

The proposal of this article is to debate conflicts around the territorial order in bids of Olympic and Pan-Americans Games. It is treated to approach the mega events sports not as the “show window” of beautification of cities as usually it is recognized, but yes to present some of the “glasswares” displayed by the way as such events they are implemented. In this way, the fights for the order of the territory will be analyzed in this work primordially from the performance of the social movements in these events, a time that the actions undertaken for these actors are sufficiently revealing of the contradictions that if it intends to detach. In order to contribute for the agreement of the fights promoted for the civil society, quarrels are carried through on the basis of the thought of Gramsci and David Harvey. The Pan-Americans Games Rio 2007 are taken as main empirical object for the reflection proposal, being distinguished here it politics of adopted public security in the City during the event.

É freqüente o questionamento sobre o modo como Grandes Eventos Esportivos (GEEs), ou megaeventos esportivos, têm sido realizados. Alguns movimentos sociais chegam a contestar a própria realização de Jogos Olímpicos nas cidades sedes, em virtude dos impactos causados por estes e da falta de retorno obtido pela sociedade com os investimentos empreendidos. Tais grupos questionam os legados deixados pelo evento, considerando-os insuficientes ou mesmo inadequados para a cidade. Há vários tipos de movimentos que ocorrem na sociedade civil em busca de um reparto mais justo tanto das cargas, como dos benefícios que são gerados pelos megaeventos esportivos. Em muitos casos, instituições já existentes da sociedade civil se organizam para protestar em favor de uma alocação mais adequada dos recursos, ou contra intervenções que ferem direitos de parcelas da população. Há ainda situações nas quais movimentos são estruturados para operar ações a partir das decisões tomadas pelos organizadores do GEE. Em ambos os casos, é a sociedade civil que se organiza para ocupar trincheiras na guerra pela produção do espaço urbano a partir dos eventos esportivos.

Sem embargo, a sociedade política em suas diferentes esferas, também se organiza para defender um conjunto de interesses que, em alguns casos, convergem com os interesses de grupos de investidores privados que buscam a maximização do capital. A atuação dos agentes desta sociedade política é diversa e está relacionada ao papel que eles assumem na preparação do GEE. Neste sentido, é possível reconhecer embates dentro do Estado quando se verifica o posicionamento assumido por atores que compõem os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se de uma luta pelo ordenamento territorial que é travada no seio do próprio Estado, seja pelo acionamento de mecanismos de interação entre a sociedade civil e a sociedade política, seja pela iniciativa de grupos desta sociedade em defesa de um ordenamento que lhe

pareça mais adequado. Os embates pelo ordenamento do território serão analisados neste trabalho primordialmente a partir da atuação dos movimentos sociais nos GEEs, uma vez que as ações empreendidas por estes atores são bastante reveladoras das contradições que se pretende destacar.

A fim de se apresentar alguns referenciais para a discussão sobre a sociedade civil, especialmente na temática dos conflitos, é realizado a seguir alguns apontamentos sobre este conceito com base no pensamento gramsciano. Esta discussão se inspira na assertiva de Ruy Moreira (2002:54) quando ele afirma que é a “relação entre a sociedade civil e a sociedade política, o público e o privado, o que determina o perfil da regra e da norma da regulação espacial”. Breves considerações são realizadas em seguida sobre o conceito de acumulação por espoliação proposto por David Harvey, conceito que se apresenta como um valioso recurso para o entendimento dos processos de modernização capitalista contemporâneos. Posterior a estes apontamentos, são traçadas algumas considerações acerca dos movimentos sociais nos GEEs em geral e especificamente no Pan-2007. Encerra este artigo a análise crítica sobre a política de segurança pública montada para o Pan-2007, fenômeno que exemplifica a forma violenta que pode assumir o acirramento de conflitos urbanos em virtude da organização um GEE.

1. Sociedade civil e sociedade política no pensamento gramsciano

A sociedade civil, para Gramsci, nem se orienta em função do Estado nem se reduz à esfera econômica, ela se configura então no complexo espaço de enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia de um grupo dirigente sobre toda a sociedade. É na sociedade civil que a emancipação sociopolítica das massas populares se torna factível por meio de lutas em diversas frentes para combater as raízes do poder da classe dominante. À medida que a organização política dos sujeitos aumenta no seio da sociedade civil, a liberdade individual e a

interação social se desenvolvem enquanto que a sociedade política (Estado) se dissolve. Enquanto que para Hegel os indivíduos isolados na sociedade civil atingem a realização plena de si mesmos pela via da universalização de suas relações, sem nunca pôr em questão a ordem da realidade existente, para Gramsci, o caminho de realização das classes subalternas se dá por meio do conflito e superação do capitalismo, que as nega enquanto pessoas, abrindo caminho para a estruturação da sociedade regulada (Semeraro 1999:131-4).

A sociedade sem Estado (sociedade regulada) resulta assim da ampliação da sociedade civil até a eliminação da sociedade política. Os Estados que existiram até hoje são uma unidade dialética de sociedade civil e sociedade política, de hegemonia e dominação. A classe social que conseguir tornar a sua hegemonia universal, a ponto de descartar a coerção, terá colocado as premissas para a passagem à sociedade regulada. Se para Marx a extinção do Estado é fundamentalmente estrutural (superação dos antagonismos de classe até chegar à sua supressão), para Gramsci ela é superestrutural (ampliação da sociedade civil até sua universalização). Para Gramsci, a absorção da sociedade política pela sociedade civil é um movimento que ocorre no interior da superestrutura, que é condicionado pela modificação da estrutura; junto com esta absorção, há uma transformação da estrutura econômica dialeticamente ligada à transformação da sociedade civil. Tomando a sociedade civil como termo da antítese estrutura/superestrutura, o fim do Estado é a superação do momento estrutural no qual sociedade civil e sociedade política estão em equilíbrio recíproco; tomando a sociedade civil como momento da superestrutura, o fim do Estado é uma reabsorção da sociedade política na sociedade civil (Bobbio 1982:50-2).

Giorgio Baratta (2004:41-2) a partir de leitura do Caderno 8, afirma que a sociedade civil, “em uma das acepções mais significativas na qual pode ser definida, representa de fato o

Estado considerado de baixo, ou seja, do ponto de vista dos indivíduos, enquanto que a ‘sociedade política’ é o Estado visto do alto, como ‘governo dos funcionários’”. Em seguida, Baratta assevera que a estatolatria surge a partir da separação entre a sociedade civil e a sociedade política. Ainda sobre este temática, Werneck Vianna e Marcelo Burgos (2002:342-4) observam que Gramsci, em pleno auge da estatolatria soviética e italiana dos anos 1930, ao analisar o americanismo, reconhece a possibilidade de construção de hegemonia a partir da sociedade civil. Segundo os autores, Gramsci no Caderno 8, afirma que a estatolatria “deve ser criticada exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal”. Trata-se de uma crítica tanto à prevalência dos mecanismos coercitivos sobre os consensuais no processo de formação da vontade, como aos discursos que afirmam a onipresença do Estado em todas as dimensões da vida, negando a sociedade civil como centro dos embates pela hegemonia.

Gramsci atribui um grande valor ao momento do sujeito, da consciência das idéias no processo revolucionário. E é neste sentido que o autor considera o marxismo a filosofia da práxis, no sentido da práxis da transformação revolucionária, a unidade entre sujeito e objeto, a intervenção do sujeito sobre a realidade (Gruppi 1986:78-86). O rompimento com quadro de acirramento das desigualdades passa então pelo fortalecimento do papel do sujeito e sua inserção nos movimentos sociais e culturais de luta pela garantia de direitos. A condição de sujeito existe em potência em todos os indivíduos, afirma Gramsci nos Cadernos. Para o autor italiano, todo indivíduo é um intelectual por natureza, basta que ele desenvolva as suas potencialidades de direção e persuasão; a condição de intelectual não é própria, no sentido de exclusiva, de poucos iluminados que têm o papel de guiar as massas. Segundo Gramsci, há dois tipos principais de intelectuais: o tradicional e o orgânico. O primeiro é aquele que opera na manutenção do status quo; a ordem vigente lhe é favorável e por isso tem pouco interesse nas mudanças culturais. Este intelectual defende um reformismo que pouco altera o cenário de desigualdade entre as classes já

que ele mesmo está alinhado à classe dominante. Já o segundo tem conexões com a massa e atua permanentemente junto a ela. Este intelectual orgânico tem um projeto contra-hegemônico e sua atuação está voltada para a definição de um novo equilíbrio de compromissos. O papel deste intelectual é avançar na luta pela hegemonia, procedendo a uma reforma cultural a partir da ocupação de trincheiras e fortificações (guerra de posições) na sociedade civil.

Moreira (2002:58-9), com base no pensamento gramsciano, afirma que o espaço é o produto do bloco histórico, sendo este conformado por intelectuais através da criação cultural da hegemonia. Ao fazer tal assertiva, o autor alerta para o fato de que o esquema de regulação do espaço não tem origem numa entidade abstrata, ou no poder econômico exclusivo de uma classe, mas sim a partir de um pacto realizado entre diferentes grupos na sociedade civil. Sem embargo, nem sempre, ou quase nunca, se verifica consensos na sociedade civil, havendo então lutas entre grupos com interesses distintos decorrentes do uso de mecanismos de coerção para um determinado ordenamento. Moreira vai formular então o conceito de contra-espaço para designar movimentos, individuais ou coletivos, de resistência à ordem espacial imposta por grupos hegemônicos. Pode-se contextualizar a argumentação de Moreira quando Ester Limonad (2005), acerca dos impactos decorrentes dos GEEs, alerta para a necessidade de mobilização contra a imposição de um determinado ordenamento, que no caso barcelonês provocou o que autora designou como sendo a própria espoliação da cidade:

A luta pelo direito à cidade deve necessariamente se contrapor às tendências de homogeneizar o espaço urbano e transformá-lo em espaço globalizado. Pois caso contrário os cidadãos serão espoliados de sua cidade, como já ocorreu na área da Vila Olímpica, quase deserta a não ser pelos turistas que aí transitam e agora ocorre na Diagonal Mar.

2. A acumulação por espoliação na abordagem de David Harvey

Harvey (2004b:121-6) formula o conceito de acumulação por espoliação para tratar do modo como, mormente desde 1973, o processo de acumulação capitalista tem ocorrido em diferentes escalas espaciais. A acumulação capitalista reconhecida por Marx com base nos termos da economia política clássica², previa crises crônicas de sobreacumulação tal qual as que passamos atualmente. Contudo, o que os termos desta abordagem não considerava é que a acumulação pudesse ocorrer com base em atividades predatórias e fraudulentas, ainda nas suas etapas “primitivas” ou “originais”. Harvey reconhece neste trabalho a atualidade destas práticas predatórias que não são somente típicas das etapas iniciais da acumulação capitalista, mas perduram até hoje e se apresentam como a forma hegemônica capitalista; desta forma, o autor substitui os termos “primitiva” e “original” pelo conceito de acumulação por espoliação.

Antigos mecanismos de acumulação foram aprimorados (como os dos sistemas de crédito e os do capital financeiro) e outros novos foram criados (como os do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio - TRIPS) no âmbito da acumulação por espoliação. Neste processo, cabe um destaque especial à “...corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo”, fato que indicariam uma nova onda de “expropriação das terras comuns” (Harvey 2004b:123). Tais mecanismos supracitados se inserem no contexto das ações empreendidas pela ortodoxia neoliberal que, para resolver os problemas de sobreacumulação surgidos a partir de 1973, promove uma onda global de privatizações com o imprescindível apoio do Estado: “A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do

Estado” (Id:128). Na esteira deste processo, podem ser apontadas também as práticas de *rent-seeking* (predação de rendas) que surgem a partir de práticas monopolistas e a extrapolação destas para a própria esfera governamental, como foi reconhecida por Ari Silva (1997), com graves prejuízos sociais.

As organizações não-governamentais (ONGs), foram tratadas por Harvey (Id:137) no âmbito da discussão sobre os combates relativos à acumulação por espoliação. Para o autor, os movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação apresentam uma grande variedade de lutas e têm se espalhado pelo mundo desde os anos 1980. Assim como as organizações aqui tratadas, que lutam por mudanças nos GEEs, boa parte das ONGs internacionais surgidas a partir dos anos 1970, se concentram em questões políticas específicas (meio ambiente, direitos das mulheres, eliminação da pobreza etc). Para Harvey (Id:138-9):

O efeito de todos esses movimentos, *in toto*, foi afastar o terreno da organização política da organização partidária e operária tradicional e levá-lo para o que estava fadado a ser, no agregado, uma dinâmica política de ação social menos concentrada que atravessa todo o espectro da sociedade civil. O que perdeu em foco, o movimento ganhou em termos de relevância e de inserção na política da vida cotidiana. Extraí suas forças dessa inserção, mas ao fazê-lo encontrou grandes dificuldades para distanciar-se do local e do particular para compreender a macropolítica do eixo em torno do qual girou e gira a acumulação por espoliação.

Harvey (Id:141-2) assevera que as formas de organização política esquerdistas que foram desenvolvidas para combater a reprodução expandida no período 1945-1973, não estavam mais apropriadas ao mundo quando a acumulação por espoliação se expandiu no pós-1973. Surgem então neste período, organizações anticapitalistas distintas daquelas que defendiam o socialismo e o comunismo, com amplo recurso às formas organizacionais *ad hoc*, porém mais flexíveis à diversidade de alvos que surgiram. São deixadas as lutas pelo domínio do aparelho do Estado, em favor de batalhas travadas em uma grade variedade de temáticas e em múltiplas escalas. Diante

deste quadro, o autor defende (p. 146) que os movimentos sociais abandonem, o que ele identifica como sendo, uma certa nostalgia em relação ao que se perdeu e reconheçam os eventuais ganhos que se pode auferir com a transferência de ativos que se pode obter por meio de formas limitadas de expropriação. É nesta linha que alguns movimentos sociais se portam diante dos GEEs: como oportunidade de promover avanço na ampliação de direitos ainda que dentro de um ajuste espacial urbano pautado pelas diretrizes do processo de modernização capitalista.

Observa-se alguns exemplos de práticas que podem ser enquadradas como marcada pela acumulação por espoliação no Pan-2007: o uso de fundos públicos dos trabalhadores (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para a construção de uma suntuosa vila de atletas, alugada pelo governo federal por R\$ 30 milhões e rapidamente vendida para setores com rendimentos médios e altos, é um dos sinais do processo de acumulação por espoliação com a intermediação do Estado. Outro exemplo bastante representativo desta acumulação é o caso da Marina da Glória cuja paisagem, que é um bem público tombado, sofreu sérias ameaças de expropriação pela ganância de agentes privados que buscaram realizar intervenções que transformariam a área num atraente e valorizado centro de consumo. A própria privatização dos modernos equipamentos esportivos construídos para os Jogos, é um forte indicativo de que a gestão empreendedora urbana no Pan-2007 esteve pautada pela lógica da acumulação por espoliação. Enquadram-se ainda nesta lógica, tanto as desapropriações ocorridas, e ameaçadas, em favelas cariocas por conta do evento, como a inexistência de mecanismos de recuperação de mais-valia³ que pudessem reaver os altos investimentos públicos realizados na valorizada área da Barra da Tijuca. Conflitos decorrentes destes processos de espoliação por acumulação serão debatidos nas próximas seções.

Neste contexto de espoliação das cidades, Fernanda Sánchez (2003) trata da transformação do espaço em mercadoria. A produção do espaço é definida então pelo valor de troca, pelo posicionamento deste diante do mercado; este movimento ocorre em detrimento do valor de uso que os espaços oferecem. Surge então o espaço-mercadoria que incorpora novas representações e que se caracteriza pela competitividade entre as cidades. A transformação do espaço em mercadoria leva, por conseguinte, ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e venda das cidades, que correspondem ao chamado City marketing. Muitos dos gestores urbanos que empreendem esforços para sediar Jogos em suas cidades, são pautados como por mecanismos como o City marketing que podem ser utilizados como hábeis recursos para a espoliação das cidades.

3. Movimentos sociais na luta por direitos em megaeventos esportivos

Alguns trabalhos já foram escritos sobre a atuação dos movimentos sociais nos GEEs, dentre os mais citados na literatura especializada está o de Helen Lenskyj (2000) que dedica boa parte de seu livro na análise dos grupos de resistência ao que autora chamou de indústria olímpica. Neste trabalho são apresentados protestos ocorridos desde os Jogos Olímpicos do México 1968 até os de Sydney 2000, numa perspectiva bastante crítica em relação ao posicionamento dos dirigentes do COI. Lenskyj revela como são recorrentes as lutas de movimentos sociais contra ações empreendidas pelos organizadores dos Jogos, especialmente nos últimos eventos. Vale aqui destacar alguns dos episódios descritos pela autora, à guisa de exemplo, dentre os quais o posicionamento do COI de prosseguir com os Jogos do México em 1968 (p. 109), mesmo após o Massacre de Tlatelolco⁴ ter ocorrido dez dias antes da cerimônia de

abertura. Este fato é bastante exemplar em relação às posturas do COI, que coloca o espetáculo acima da violação dos direitos de centenas de pessoas.

Algumas cidades que se apresentaram como candidatas aos Jogos Olímpicos, contaram com a mobilização social contrária à realização do megaevento. Este foi o caso de Amsterdã (Holanda), candidata aos Jogos de 1992, que teve a atuação do grupo chamado No Olympics Amsterdam na produção de um relatório (The People's Bidbook), apontando os problemas decorrentes dos Jogos, entregue ao presidente do COI em fevereiro de 1986. Em Calgary (Canadá), sede dos Jogos de inverno de 1988, um grupo chamado Human Action to Limit Taxes (HALT) foi formado para protestar contra os elevados custos envolvidos na proposta de sediar o evento (Lenskyj 2000:116-7).

A candidatura de Toronto aos Jogos de 1996, foi acompanhada do surgimento de um forte grupo de resistência aos Jogos: Bread Not Circuses Coalition. Este movimento atuou ainda contra outras candidaturas aos Jogos, dentro e fora do Canadá: Melbourne 1996, Toronto 2008, Vancouver 2010. A internacionalização destes movimentos é evidenciada com a composição de uma aliança internacional contra os Jogos Olímpicos (The International Network Against Olympic Games and Commercial Sports) composta por quatro grupos europeus: Anti Olympic Committee (Helsinki, Finlândia); Friends of the Earth (Trieste, Italia); Nolimpiadi Committee (Torino, Itália); Society for Sustainable Living (Eslováquia). Com posicionamentos contrários à realização dos Jogos Olímpicos, estes movimentos pressionam por mudanças significativas nas práticas adotadas pelos organizadores dos GEEs, como se pode constatar a partir do texto veiculado no sítio⁵ da aliança supracitada:

Many people don't want the Olympic games to destroy the environment in their own country and to spend the tax payers' money. However, the fundamental problems are similar in all countries applying for the Olympics. Therefore we want that Olympic Games, in the shape they have today, wouldn't be arranged

anywhere in the world. For this purpose we need international cooperation to radically change the Olympic movement.

Adotando tais posicionamentos diante do movimento olímpico, estes grupos denotam uma estratégia de guerra de movimento, na qual é preciso mudar radicalmente o status quo a fim de se alcançar os objetivos pretendidos. São grupos com argumentos bastante plausíveis, mas que ainda tiveram efeito limitado no inexorável processo comandado pela indústria olímpica, como afirma Lenskyj (2000:131). Tais grupos podem ser encarados como horizontalidades que se opõem ao discurso pragmático hegemônico das verticalidades, na conceitualização proposta por Milton Santos (2004). Discursos estes que são calcados na legitimidade conferida pelos GEEs para promover transformações que podem mesmo dissolver laços de sociabilidade construídos historicamente no âmbito das horizontalidades. A autora denuncia ainda a cooptação sofrida por diferentes institutos universitários por parte da máquina olímpica, fato que compromete a produção acadêmica crítica sobre os GEEs, e denota a presença de intelectuais tradicionais na construção de representações sobre os Jogos.

Sem embargo, há grupos da sociedade civil que tem uma postura distinta daquela apresentada acima. São ONGs que buscam de maneira crítica, manter um diálogo com os organizadores do GEE. Este é o caso, por exemplo, dos grupos: Impact on Community Coalition (IOCC)⁶, Canadian Centre for Policy Alternatives (CCPA)⁷, Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE)⁸. São organizações que têm participado dos debates sobre as intervenções urbanas realizadas por conta dos Jogos Olímpicos. Essas entidades atuam, por exemplo, na elaboração de documentos que contém aspectos críticos a respeito do ordenamento territorial promovido em GEEs. O trabalho realizado pelo COHRE (2007) é exemplar neste sentido e conta com publicações (que abordam especialmente a temática do direito à moradia desde os Jogos de

Seul 1988) no âmbito do projeto intitulado: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights. Pode-se afirmar que, em alguma medida, estas entidades atuam como intelectuais orgânicos de maneira a contestar uma ordem que não lhes favorece. Em oposição, haveria um grupo de intelectuais tradicionais como operam na manutenção da ordem vigente, sendo o retrato mais evidente deste grupo aquele relatado por Lenskyj a respeito dos institutos universitários, como foi apontado anteriormente (2000:124-131).

Os Jogos Olímpicos de Pequim 2008 são tema de muitos embates travados por grupos que lutam pelo cumprimento de direitos por parte do Estado. São corriqueiras as denúncias contra o governo chinês por violação da liberdade de expressão, até mesmo com prisões. Este é um fenômeno que revela uma das maiores contradições do bloco de poder olímpico, uma vez que tanto a sociedade política como a sociedade civil, promotoras do evento, são afetadas pela visibilidade conferida aos conflitos. Por um lado, o COI é amplamente contestado por seu posicionamento quase, ou totalmente, indiferente em relação aos casos de desrespeito dos direitos civis de muitos cidadãos chineses. Por outro, o governo da China, que dá claros sinais de utilizar os Jogos como símbolo de consolidação de *hegemon* regional (Harvey 2004b;104), tem suas fragilidades de comprometimento com a democracia escancaradas, com a veiculação em diversos países de relatos de violação de direitos.

Ilustram as considerações acima, os eventos ocorridos em meio às festividades que celebraram o prazo de um ano para o início dos Jogos de 2008.⁹ Tais festividades foram precedidas por manifestação realizada (em 6 ago 2007) pela ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em Pequim, contra a detenção de 30 jornalistas e de 50 internautas pelo governo chinês, que conta com um grande aparato de censura a sítios com informações consideradas “subversivas”. (Na semana anterior, 200 tibetanos foram presos na província de Sichuan por

pedirem maior liberdade religiosa.) Por conta desta data, a ONG Anistia Internacional também publicou um relatório¹⁰ chamando atenção para os casos de violação de direitos em curso na China. A declaração do Presidente do COI, Jacques Rogge, revela o posicionamento da instituição em relação ao fato: “Acreditamos que os Jogos vão ajudar com a agenda social e de direitos humanos o máximo possível, mas não se deve esquecer que somos uma organização esportiva, não a representação de todas as ONGs do mundo”.¹¹ A declaração retrata a pressão sofrida pelo COI para que a instituição assuma um posicionamento crítico em relação às ações do governo chinês. Ela também coloca em evidência a sociedade civil como o ambiente de embate por direitos em países que se apresentam como sede de um GEE. Abaixo, a imagem da página de abertura do sítio da Internet do RSF (<http://www.rsf.org>, acesso em 9 ago 2007) com o conhecido símbolo dos anéis olímpicos substituído por algemas em alusão às vítimas da repressão chinesa.



Figura 1 – Página de entrada do sítio da Internet do RSF em 9 ago 2007

Como a própria imagem acima sugere, há uma intensa mobilização na Internet em torno das temáticas relacionadas à implantação dos GEEs, havendo muitos grupos que utilizam a rede virtual como uma esfera pública para difundir suas idéias e ações. O fato de o RSF ter estampado na sua página inicial o símbolo da sua campanha em favor do respeito aos direitos na China, é uma demonstração de que os movimentos se servem deste meio de comunicação para dar maior visibilidade a seus protestos. Em alguns casos, a Internet é utilizada como o único instrumento de protesto, caracterizando o potencial democrático deste ambiente ao dar oportunidade para que apenas um intelectual possa levar suas idéias a um grande número de pessoas a um custo muito baixo, considerando as facilidades tanto de acesso à rede como de uso de ferramentas virtuais como os blogs. É justamente em defesa desta liberdade de expressão, amiúde democrática, que o RSF denuncia o controle dos acessos a sítios considerados subversivos pelo governo chinês. Um exemplo de atuação virtual no Pan-2007, foi o blog “A verdade do Pan-2007” que publicou diversas matérias apontando irregularidades no evento¹².

4. Movimentos sociais no Pan-2007

A intensificação do processo de acumulação por espoliação tem acirrado as desigualdades e, desta forma, agravado os conflitos, contradições e a subalternização social. As práticas dos atores envolvidos na constituição de GEEs, são representativas deste quadro de aumento da disparidade entre grupos sociais em diferentes escalas. O caso do Pan-2007 pode, em muitos aspectos, ser considerado exemplar das contradições que permeiam o ordenamento territorial no âmbito dos desenvolvimentos geográficos desiguais (Harvey 2004a:107). A

naturalização da desigualdade na cidade carioca é constatada em diversos eventos em que se revelam as intencionalidades de grupos hegemônicos que detém o controle sobre os principais recursos de ordenamento territorial. Nesse sentido, cabem aqui algumas considerações específicas sobre embates entre os atores da sociedade civil que mais se destacaram nos debates que envolveram a produção do Pan-2007.

Muitas das críticas realizadas na sociedade civil em relação ao Pan-2007, fizeram menção aos elevados gastos públicos envolvidos no evento, e o custo de oportunidade que significaria investir estes recursos em outras ações governamentais prioritárias. Sem dispor dos cálculos exatos que envolvem os custos e os benefícios por conta da realização destes Jogos, essas críticas acabaram sendo ofuscadas pela beleza do espetáculo na cidade que é mobilizada¹³ e produzida cada vez mais para ser vista. Passou também por esse conjunto de críticas, as decisões locacionais que privilegiaram a Barra da Tijuca como área de concentração dos investimentos públicos, tema já abordado neste trabalho. Houve ainda um debate na sociedade civil sobre quais seriam os legados deixados pelos Jogos para a Cidade, tema discutido pelo Observatório de Favelas (OF), que firmou uma consultoria com o Ministério dos Esportes no âmbito da construção de um legado social.¹⁴

Destacada foi a mobilização empreendida pelo Comitê Social do Pan (CSP), tema debatido por Gilmar Mascarenhas (2007a; 2007b), que também relata incidentes ocorridos nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo 2003. O CSP é composto por entidades de diferentes setores da sociedade civil: institutos universitários, associações de moradores, fóruns populares, ONGs e outros movimentos que se formaram a partir de intervenções planejadas para o Pan. Desta forma, o CSP reúne diversas organizações contra “ameaças de diversas ordens, sobretudo

as ‘privatizações’ do espaço público”¹⁵, e a favor do cumprimento das metas definidas na Agenda Social-Rio.¹⁶

Esta Agenda significaria uma contrapartida social do Pan-2007 pelo governo municipal, com atenção especial às áreas com IDH inferior a 0,80 (tabela no anexo V), que totalizariam 33 segundo os dados de 2000. Seria mesmo uma espécie de legado social construído a partir da realização do megaevento esportivo, para as consideradas no Diário Oficial como “comunidades carentes”, termo que denota uma abordagem equivocada dos espaços populares como espaços marcados pela ausência (Silva 2002:110) O critério utilizado para definir a priorização dos investimentos, é coerente com as áreas que apresentam maiores demandas sociais, que são aquelas localizadas na periferia e nas favelas do Rio de Janeiro. No entanto, o critério do IDH também traz problemas em relação ao monitoramento da implementação desta Agenda. Dentre tais problemas destaca-se um relacionado à escala espacial; no Decreto há várias menções ao IDH das comunidades cariocas, no entanto o IDH somente é calculado para bairros ou agregado de bairros, o que impede o acompanhamento do cumprimento das metas nestes recortes espaciais que foram textualmente apontados na Agenda. Há outro problema detectado nesta Agenda, que é o da definição de suas metas terem fortes indícios de uma decisão de gabinete, caracterizadas por um insulamento burocrático que pode, numa análise mais cuidadosa, mascarar a inclusão seletiva de interesses particulares (Farah 2001). As falhas encontradas em um decreto anterior¹⁷, corrigidas por aquele publicado em outubro do mesmo ano, denotam que esta agenda foi delineada por um grupo de técnicos pautados pelas chamadas Metas do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU). Este é um problema que permeia grande parte das políticas públicas voltadas para os espaços populares: são formuladas para cidadãos que não participam da formulação dos programas e projetos governamentais. No limite, tais políticas que acabam tomando os moradores destes espaços como meros objetos das intervenções públicas,

como destacam Silva e Barbosa (2005:65) ao afirmarem o caráter perverso destas medidas, especialmente nas favelas:

As ações do Estado nas favelas, em sua maioria, caracterizam-se pela ignorância ou desprezo às estratégias criativas, complexas e heterogêneas efetivadas pelos moradores na corrida pela melhoria da qualidade de vida. Estas ações desconhecem as redes de sociabilidade, de circulação no conjunto da cidade, de participação na vida pública e, finalmente, de interpretação das vivências produzidas pelos moradores ao longo do tempo. Na linguagem acadêmica, se poderia dizer que eles permanecem, em geral, na condição de objetos dos responsáveis pelas intervenções. A consequência disso vem sendo a reprodução do estigma das comunidades faveladas e de seus habitantes.

Algumas vitórias foram logradas pelo CSP, especialmente nas ações realizadas no âmbito dos projetos de alteração de usos na Marina da Glória, com o acionamento do Ministério Público (como foi apontado anteriormente na seção sobre os impactos dos equipamentos esportivos). O fato denota a necessidade dos movimentos estruturarem suas estratégias considerando os mecanismos judiciários disponíveis para a realização de seus intentos, toma mais relevância a temática quando se observam os progressivos processos de judicialização da política (Cittadino 2002:18). Em relação às metas sociais definidas no decreto municipal, o CSP não obteve tanto sucesso como se constata diante da declaração do prefeito carioca ao ser questionado sobre o cumprimento de poucas destas metas:

Depende de como se avaliam as metas. A gente poderia dizer que não atingimos os objetivos se por acaso as medidas para atingi-los não tivessem sido introduzidas. Mas foram. Então nós estamos apontando para esses objetivos. Se eles vão ser atingidos em julho de 2007, em dezembro de 2007, em dezembro de 2008, não importa muito.¹⁸

Nas palavras do prefeito, as metas podem ser flexibilizadas para os investimentos sociais, assim como para a legislação urbanística que liberou o gabarito para a vila do Pan, ou ainda para a celebração de contratos com empresas para os Jogos. Inflexível é apenas o espetáculo, que deve ser realizado independentemente do cumprimento dos compromissos

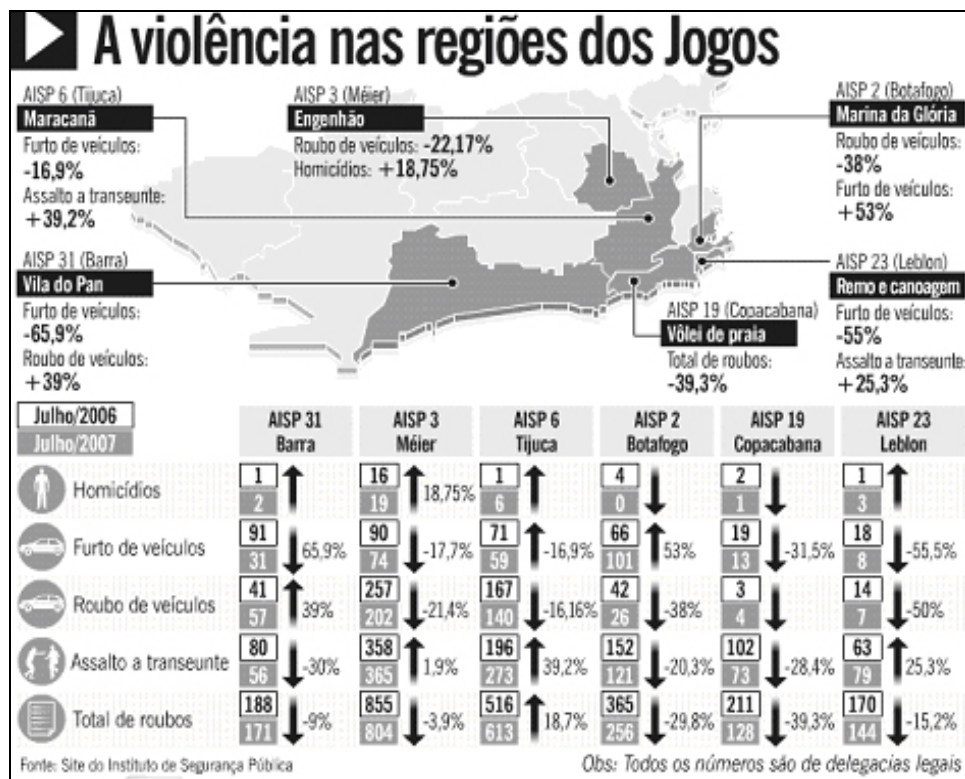
sociais, ou do Massacre de Tlatelolco ocorrido dez dias antes dos Jogos de 1968, ou ainda da violação de direitos em Pequim às vésperas dos Jogos. O espetáculo importa mais que os direitos, isso será evidenciado com mais força no maior conflito ocorrido no Pan-2007: as ações no campo da segurança pública.

5. A política de (in)segurança pública no Pan-2007

O Massacre de Munique¹⁹, nos Jogos Olímpicos de 1972, e a explosão de uma bomba nos Jogos de Atlanta em 1996, são marcos na preocupação com a segurança nos GEEs. Tal preocupação foi se tornou mais aguda com os eventos do 11 de setembro de 2001, que elevaram ainda mais os gastos na implementação de um GEE. Os contornos que o tema da segurança pública no âmbito da organização e execução do Pan-2007 tomam, devem tanto ser vistos a partir destes incidentes como marcos para a priorização da temática neste evento, como ser observados à luz das especificidades das políticas públicas promovidas pelas autoridades locais.

Leonardo Marino (2004), tratando das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, afirma que há um aumento gradativo das forças policiais contra os pobres ao longo do século XX. Esta repressão policial secular tem sido utilizada como meio para garantir o controle e a disciplinarização do espaço urbano, no entanto este aumento do uso da força não tem sido capaz de reduzir os índices de criminalidade na Cidade. São particularmente mais afetados por esta intensificação do uso da força estatal, os moradores dos espaços populares cariocas, conforme apontam os índices de violência (ver cartograma abaixo), inclusive durante o Pan-2007. Há mesmo uma banalização da morte imperando nas práticas policiais, as taxas de homicídio são muito elevadas, e são ainda mais significativas entre os negros e os pobres cariocas, o que

evidencia o comprometimento da política de segurança com a própria reprodução da desigualdade urbana. Apesar da propalada redução da criminalidade durante os Jogos, os homicídios aumentaram nas áreas próximas aos locais de competição, como aponta o cartograma a seguir que exhibe apenas os dados referentes a um mês de cada um dos anos pesquisados. Enquanto que em julho de 2006, houve 25 homicídios nas proximidades dos Jogos, em julho de 2007 este número aumentou em 20%, sendo 30 os casos de homicídio. Destes 30 homicídios, a maior parte ocorreu na AISP²⁰ do Méier (19), onde há um predomínio de setores populares. O que se pode conferir é que houve sim redução de crimes contra o patrimônio, no entanto o maior crime contra a vida teve uma elevação significativa de 20%; é realmente contraditória a forma como estes indicadores são veiculados na imprensa que alardeou uma redução da criminalidade, quando o que ocorre é justamente um maior número de mortes durante o evento.



Cartograma 1 – Variação de índices de violência no Pan-2007²¹

Fonte: GOULART, Gustavo. Pan ajuda a reduzir maioria dos crimes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 ago 2007, Caderno Rio, p.14.

Pululam representações sobre a violência generalizada que identificam a cidade carioca como o lugar da desordem, do predomínio da violência, do império do caos. É o caos como imago urbis, como diria Barbosa (1999), que confere legitimidade a ordenamentos territoriais que supostamente combateriam as mazelas urbanas em prol do restabelecimento da ordem pública. Representações estereotipadas de espaços populares cariocas que seriam a origem da desordem e da violência, se convertem em práticas espaciais que colocam em risco a segurança de seus moradores. Neste cenário, as favelas são tomadas como o território do crime, onde o Estado por meio de forças policiais deve intervir para que toda cidade seja beneficiada com o apaziguamento dos conflitos armados. É a criminalização da pobreza que impera na política de segurança pública carioca, que é evidenciada nos Jogos tanto a partir das manifestações públicas ocorridas durante o evento, como pelas representações estigmatizadas das favelas que antecederam a realização do evento.

Meses antes da realização dos Jogos, houve um intenso debate sobre como fazer da cidade caótica um palco seguro para o espetáculo do Pan. Um dos pontos centrais da discussão girou em torno dos investimentos públicos para o sistema de segurança dos Jogos. Coube ao governo federal, bancar a conta de um grande esquema de policiamento que envolveu o treinamento de 18 mil policiais e volumosas compras de equipamentos. O esquema de segurança montado para o evento foi reiteradamente apontado como um dos principais legados dos Jogos, com uma conta de mais de R\$ 500 milhões (30% do investimento federal nos Jogos) cifra que significa metade dos recursos aportados na construção e reforma dos equipamentos esportivos do evento. Estes investimentos públicos, escassos no contexto da propalada crise fiscal, são a

demonstração da centralidade que a segurança pública assumiu para a realização do Pan-2007. Boa parte destes recursos foi alocada em ações de segurança realizadas antes do evento, sendo aquela empreendida no Complexo do Alemão a mais evidente de todas no aspecto da política de contenção social por meio do uso da violência policial.

Antes da ação ocorrida no Complexo do Alemão, as milícias compostas por grupos armados com laços estreitos com as forças policiais do Estado, eram a principal questão de segurança debatida na Cidade. Boa parte dessas milícias se serve dos mesmos recursos de renda monopolista que os traficantes utilizam: intermediação de venda de gás, cobrança por proteção, controle de caça-níqueis, serviços de acesso pirata à TV por assinatura (netcat) etc. Se distinguindo muito pouco de outros grupos armados criminosos que controlam territórios na cidade, alguns grupos milicianos podem até mesmo vender drogas para aumentar seus rendimentos. Vale ressaltar que a maior parte das favelas da Barra da Tijuca são controladas por milicianos. As milícias são um sinal de que a política de segurança carioca atingiu seus limites na estratégia de contenção social, a permissividade com que estes grupos criminosos são tratados denota uma passagem para a estratégia de ocupação efetiva dos territórios como meio de controle social. A falência da política de segurança carioca será evidenciada a partir do relato a seguir.

Após a morte de dois policiais no dia primeiro de maio de 2007, foram iniciadas operações no Complexo do Alemão em busca dos assassinos. Ações policiais se estenderam por várias semanas até que, segundo o Manifesto pela Apuração das Violações de Direitos no Alemão²², no dia 27 de junho de 2007, portanto menos de um mês para o início do Pan-2007, foi realizada uma violenta incursão que contou com a participação de 1.350 agentes policiais, a utilização de 1.080 fuzis, 180.000 balas e teve duração de cerca de oito horas. Conforme o manifesto, somente neste dia 19 pessoas foram mortas e cerca de 60 foram feridas por armas de

fogo, a maioria vítima de balas perdidas. (Além dessas vítimas, mais 40 pessoas morreram e 80 foram feridas em operações policiais realizadas posteriormente no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro.) A violenta ação empreendida não é fato estranho ao *modus operandi* da polícia carioca, no entanto ela tomou proporções grandes o suficiente para afirmar que há uma vinculação entre a operação do dia 27/06/2007 e a necessidade de se transmitir sinais de ordem para que o espetáculo pudesse ocorrer sem prejuízos à imagem da cidade; que isso seja realizado às custas de dezenas de vidas, é algo que não parece importar para alguns setores da sociedade carioca quando se tem bem enraizados os estereótipos formados sobre os moradores das favelas.

O início do Pan-2007 foi marcado por protesto no Centro da Cidade contra os custos elevados do evento e contra a política de segurança vigente; os dois maiores símbolos dos dois motivos do protesto foram unidos na manifestação: a mascote do Pan (Cauê) foi representada com um fuzil ao lado do Caveirão, como mostram as fotos abaixo. O Caveirão é um carro blindado utilizado pela polícia fluminense especialmente nas incursões realizadas nas favelas cariocas, trata-se de um dos maiores ícones da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, que sob alegação de combater traficantes invade favelas de modo a colocar em risco a vida de seus moradores. Apesar das diversas manifestações contrárias à utilização destes veículos blindados, que tem caveiras gravadas em suas laterais, o Governo do Estado continua utilizando-o, tendo ele um papel destacado em operações como a do Complexo do Alemão. Antes dos Jogos também foram realizadas pichações com a mascote do Pan segurando o fuzil tal qual retratada nas imagens abaixo, além disso, camisetas com estas imagens também fizeram parte do conjunto de manifestações realizadas no Pan-2007.



Fotos 1 e 2 – Protesto contra o Pan-2007 e a política de segurança carioca²³

Ao final dos Jogos no Rio, a política de segurança do Pan foi declarada como muito positiva por representantes das três esferas de governo, por alguns foi tomada até como paradigmática e que deveria servir como exemplo para outros megaeventos no Brasil. Parte da imprensa apontou a redução dos índices criminalidade (falácia apontada linhas acima) durante o evento como prova de que é este o modelo de segurança pública que a Cidade deveria ter para recuperar a abalada auto-estima dos cariocas. Esta imprensa gera representações que, de certa forma, alimentam a opinião de muitos cidadãos que defendem as ações de segurança promovidas no Pan. A questão que se coloca é que quando se enxerga de maneira fragmentada tais ações, contabilizando índices de crimes contra o patrimônio que remetem apenas ao período dos Jogos, sem considerar a opressão assistida pela ação brutal da polícia nas favelas e os índices de crimes letais, a tendência de fato é considerar positivas as ações que são preparadas para um espetáculo. Os equipamentos de segurança, bastante visíveis nas ruas da Cidade durante o Pan, são tomados como um dos maiores legados do Rio que deve contar com a presença de parte das Forças de Segurança Nacional até o final do ano, além de cerca de 75% destes equipamentos comprados para o evento.

A visibilidade que a ostensividade do aparato policial nas ruas proporciona, levou relativa tranquilidade para certos setores da sociedade local, sendo tal presença massiva de forças de segurança uma necessidade real para o combate da criminalidade urbana. No entanto, quando

se olha o quadro de maneira integral, percebe-se que há problemas estruturais nas políticas vigentes, que ainda sofrem com os discursos de crise fiscal. São questões de solução complicada que passam por mudanças nas práticas policiais em relação aos moradores dos espaços populares, pelo aumento de salários destes servidores, pelo aparelhamento adequado das polícias, pelo respeito aos direitos dos cidadãos cuja violação mais grave é simbolizada hoje pelo uso do caveirão, pelo combate efetivo das desigualdades socioespaciais cariocas etc. Enfim, há um mar de providências a serem tomadas para que, de fato, a segurança urbana possa ser restaurada não como imagem de espetáculo mas como direito à livre circulação por toda Cidade.

Conclusão

Verificou-se que não somente o Rio de Janeiro mas também outras cidades do mundo têm sido ordenadas a partir não simplesmente para os Jogos, mas sim a partir destes megaeventos que conferem tanto a imagem urbana perseguida, como a legitimidade para realizar os ajustes espaciais próprios para a modernização capitalista que se pauta pela acumulação por espoliação em diferentes escalas. Neste sentido alguns gestores urbanos voltam-se para a produção de um espaço que atenda os ciclos de valorização do capital, ainda que seja necessário para tal desiderato incorrer em violação de direitos. Há então nesse contexto um blefe do jogo na cidade, já que em muitos casos o megaevento não ocorre em favor da ampliação da sociabilidade ou da maior garantia de direitos como seus organizadores anunciam para os cidadãos a fim de ampliar o apoio aos Jogos, mas sim em detrimento destas dimensões. É com este blefe de promessa de uma cidade melhor a partir dos Jogos, que espoliações urbanas ocorreram especialmente por meio: de parcerias público privadas, da sobrevalorização de terras, da expulsão de pobres de suas moradias, da privatização de espaços públicos, de processos de gentrificação, do controle social

por meio do uso intensivo de forças policiais. O sucesso deste blefe reside em grande medida no fato de novos atores não conseguirem chegar à mesa para participar das decisões que envolvem o ordenamento territorial urbano. É a constatação de fortes indícios de que há um bloqueio impetrado pelo bloco histórico que impede a ampliação do número de jogadores, de agentes interlocutores com possibilidades concretas de participação nos processos decisórios referentes às transformações espaciais, o que revela o caráter pouco comprometido com avanços democráticos na formulação e implementação de políticas urbanas.

Como foi abordado neste trabalho, são recorrentes os conflitos ocorridos em GEEs. Alguns deles são gerados pelos eventos em si, ou seja, pelo ordenamento territorial promovido para a realização dos Jogos. Em outros casos, os conflitos urbanos que já existiam na cidade sede se tornam mais evidentes no período de realização do megaevento, revelando a vitrine que pode ser a embelezada vitrine da urbanização. É neste sentido que uma das maiores contradições dos GEEs na cidade se revela: o de que ela não é somente a imagem idílica dos heróis atletas, mas sim um território cheio de conflitos e desigualdades que tentam ser mascarados por um ordenamento voltado para a promoção de um consumo urbano datado, além de muitas vezes ancorado por práticas claramente pautadas pela lógica da acumulação por espoliação. Encerrado o evento, os organizadores do GEE iniciam as avaliações com base principalmente na repercussão da imagem urbana gerada para espectadores internos e externos; além daquelas corriqueiras que se referem à produção do evento em si. É o capital simbólico auferido pela renda monopolista proporcionada pelo evento o que, em geral, estes empreendedores dos Jogos buscam contabilizar. Bem sucedido, o GEE pode gerar um novo marco distintivo para a cidade que pode ser potencializado por recursos do City marketing. Esses marcos são enaltecidos pelos gestores empreendedores como valorosos legados que podem atrair novos investimentos colocando em vantagem, no cenário competitivo, a cidade tornada mercadoria.

Referências Bibliográficas

- BARATTA, Giorgio. 2004. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A.
- BARBOSA, Jorge. 1999. O caos como imago urbis: um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. In: *GEOgraphia*. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 59-69.
- BOBBIO, Norberto. 1982. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- CITTADINO, Gisele. 2002. Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG.
- COHRE. 2007. *Fair play for housing rights: mega-events, Olympic Games and housing rights*. Geneva, Switzerland: Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE).
- FARAH, Marta Ferreira Santos. 2001. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v. 35, n. 1, jan/fev, p. 119-145.
- GRAMSCI, Antonio. 1999. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRUPPI, Luciano. 1986. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM.
- HARVEY, David. 2004a. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola,
_____. *O novo imperialismo*. 2004b. São Paulo: Edições Loyola.
- LENSKYJ, Helen. 2000. *Inside the olympic industry: power, politics and activism*. New York: State University of New York Press.
- LIMONAD, Ester. Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 610, 25 de octubre de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>. Acesso em: 12 mar 2006.
- MALDONADO, Maria. 2007. Recuperación de plusvalias: introducción. In: SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. (orgs.) *Perspectivas urbanas: temas críticos en políticas del suelo en América Latina*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy.
- MARINO, Leonardo. 2004. *As forças policiais e o ordenamento territorial da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói.
- MASCARENHAS, Gilmar. Megaeventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos 2007. In: *IX Coloquio Internacional de Geocrítica*. Los problemas del mundo actual. Soluciones y

alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007a.

_____. Nada de novo na geografia carioca. In: *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Ibase. n. 35, junho de 2007b. p. 47-50.

MOREIRA, Ruy. 2002. *O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa*. In: *Território Territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB.

SÁNCHEZ, Fernanda. 2003. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.

SANTOS, Milton. 2004. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SEMERARO, Giovanni. 1999. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

SILVA, Ari. 1997. *A predação do social*. Niterói: EDUFF.

SILVA, Jaílson. 2002. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: *Território Territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB.

SILVA, Jaílson; BARBOSA, Jorge. 2005. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio; [x] BRASIL.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo. 2002. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG.

¹ Sávio Raeder é pesquisador do Observatório de Favelas - ONG dedicada ao estudo do desenvolvimento territorial em espaços populares urbanos. É geógrafo (UFRJ), especialista em Políticas de Suelo Urbano em América Latina (Lincoln Institute) e mestre em Geografia (UFF). Desenvolveu a dissertação de Mestrado intitulada “Jogos e Cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos”.

² “São eles: mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado ‘facilitador’ que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação.” (Harvey, 2004b:120)

³ Segundo a definição proposta por Maria Maldonado (2007:198): “La recuperación de plusvalías se refiere al proceso por el cual el sector público obtiene la totalidad o una porción de los incrementos del valor del suelo atribuibles a los ‘esfuerzos de la comunidad’ más que a las acciones de los propietarios. La recuperación de estos ‘incrementos inmerecidos’ puede hacerse indirectamente mediante su conversión en ingresos públicos en forma de impuestos, contribuciones, exacciones y otros mecanismos fiscales, o mediante su inversión en mejoras locales para beneficio de toda la comunidad.”

⁴ O Massacre de Tlatelolco, ocorreu na noite de 2 de Outubro de 1968 na Plaza de las Tres Culturas, em Tlatelolco, Cidade do México, apenas dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos de 1968. O verdadeiro número de mortos permanece incerto: algumas fontes apontam para mais de mil mortos, mas a maioria delas aponta para um número entre 200 e 300 mortos, enquanto que fontes governamentais indicam 4 mortos e 20 feridos. Um grande número de pessoas ficou ferido e milhares foram detidos.

⁵ Sítio: <http://www.helsinki.fi/~vholmber/antiolympia/inaogcs.html>. Acesso em 7 ago 2007.

⁶ Sítio: <http://www.vcn.bc.ca/ioc/index.php>. Acesso em: 8 ago 2007.

⁷ Sítio: <http://policyalternatives.ca/home/index.cfm>. Acesso em: 8 ago 2007.

⁸ Sítio: <http://www.cohre.org/>. Acesso em: 8 ago 2007.

⁹ O início dos Jogos está previsto para a simbólica data de 8/8/2008.

¹⁰ Publicado em 7 ago 2007 e intitulado: The Olympics countdown – one year left to fulfil human rights promises. Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGASA170242007>. Acesso em: 11 ago 2007.

¹¹ Posicionamento ainda mais enfático do que esse, foi o do Presidente do Comitê de Coordenação do COI, Hein Verbruggen: “é detestável que as Olimpíadas de Pequim sejam usadas como plataforma para grupos com agendas políticas ou sociais”. A fonte do caso narrado, bem como das declarações, é: SCOFIELD Jr, Gilberto. Desafio pela liberdade: a um ano das Olimpíadas, China continua desrespeitando direitos humanos. O Globo, 7 ago 2007, Caderno de Esporte, p. 33. Também foi consultado o artigo do Secretário-Geral do RSF: MÉNARD, Robert. Promessas cinicamente não cumpridas. O Globo, 9 ago 2008, Seção Opinião, p. 7.

¹² O blog podia ser encontrado no endereço: averdadedopan2007.blogspot.com/, no entanto ele foi aparentemente tirado do ar como aponta o blog da União dos Torcedores Brasileiros em postagem de 9 ago 2007, intitulada: “Atenção: Blog “A Verdade do Pan-2007” está fora de ar!!!!” (Disponível em: <http://torcedoresbrasil.blogspot.com/2007/08/ateno-blog-verdade-do-pan-2007-est-fora.html>. Acesso em: 10 ago 2007.)

¹³ Prova disso é a recente mobilização que elegeu do Cristo Redentor como uma das 7 maravilhas do mundo contemporâneo. Apelos de diversas entidades e meios de comunicação foram feitos para que as pessoas votassem numa polêmica eleição que não foi reconhecida pela Unesco. A eleição em si é sintomática da centralidade que a produção de capitais simbólicos tem assumido em diferentes escalas espaciais, como meio de auferir rendas monopolistas pelos atores hegemônicos.

¹⁴ O Observatório de Favelas realizou levantamentos dos principais indicadores de 53 favelas cariocas selecionadas, entre outros critérios, por sua proximidade com os locais de competição do Pan.

¹⁵ Palavras do Manifesto pela Cidade do Rio de Janeiro do Pan de dezembro de 2006, elaborado pelo CSP. Disponível em: <http://br.geocities.com/comitesocial/Manifesto.pdf>. Acesso em: 1 ago 2007.

¹⁶ Decreto Municipal de nº 23.599 de 16 de outubro de 2003.

¹⁷ Decreto Municipal nº. 23.158 de 21 de julho de 2003, que publicou a Agenda Social com vários equívocos.

¹⁸ Fonte: NOGUEIRA, Cláudio; ENGELBRECHT, Daniel. Entrevista César Maia. O Globo, Rio de Janeiro, 5 jul 2007, Caderno de Esportes, p. 13.

¹⁹ O Massacre envolveu a morte tanto dos atletas israelitas como de membros do grupo terrorista palestino Setembro Negro. O massacre desencadeou a operação Cólera de Deus promovida pelo serviço secreto israelense (Mossad) para execução de outros integrantes do grupo terrorista.

²⁰ Área Integrada de Segurança Pública, unidade territorial utilizada pela polícia fluminense.

²¹ Os dados foram conferidos com aqueles disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.isp.rj.gov.br/>), sendo o cartograma utilizado tanto como recurso de representação gráfica, como indicação de uma das contradições dos posicionamentos adotados por setores da imprensa local.

²² Manifesto assinado por representantes de diversos setores da sociedade civil em favor da apuração dos incidentes, especialmente pela ação da Comissão de Direitos Humano da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/noticias/noticias/4545.asp>. Acesso em 11 ago 2007.

²³ Fonte das fotos: BERTOLOTTI, Rodrigo. No centro do Rio, protesto contra o Pan antecipa abertura. UOL, São Paulo, 13 jul 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/13/ult4343u1180.jhtm>. Acesso em 11 ago 2007.